

ÍNDICE

	Pág.
Introdução	3
1 – Os <i>estados-de-espírito</i> , discurso comum e psicologia	6
2 – Os fundadores e os <i>estados-de-espírito</i>	7
O espírito revolucionário	8
O estado de espírito colectivista	9
O espírito do capitalismo	10
Discussão	12
3 – A modernidade e o Espírito Revivalista	13
Movimentos sociais, cultura e religião	13
Relações maternas, moral tradicional e o passado	14
Revivalismo: relação de fixação e co-dependência	18
4 – Metodologia: concepção e estratégia	20
Etapa exploratória	20

Procedimentos metodológicos	21
Breve descrição individual das entrevistas	24
A Cláudia	25
A Helena	25
O David	27
Notas finais	28
5 – O estado-de-espírito revivalista: pudores, resistência e intenções	29
Contextos e processos sociais: individuação	29
Revivalismo, confiança e direitos	35
Alvos morais, toxicodependência e prisão	39
6 – Conclusão	44
Bibliografia	49
Volume de Anexos	58

Anexo I – Caracterização das unidades de análise

Anexo II – Guião e transcrição das entrevistas

INTRODUÇÃO

O ponto de partida para esta dissertação foi um caso de prisão. Pela relativa proximidade da situação, por termos desenvolvido um trabalho anterior nesse domínio, e por antecedentes familiares (o meu pai foi preso político durante o Estado Novo), pareceu-nos que seria estimulante realizar um trabalho que visasse a experiência social do encarceramento. A possibilidade em aceder a informação regular e renovada de um universo bastante opaco para nós, colocou a primeira pedra para realizar a investigação.

Porém, esta não é uma análise da instituição prisional, das consequências sociais da prisão, nem de uma experiência de encarceramento. O trabalho que agora se apresenta visa explorar o conceito de *estados-de-espírito* para descrever e interpretar as relações sociais passadas e presentes entre familiares e um ex-presos.

O conceito de *estados-de-espírito* surge como uma categoria explicativa residual na sociologia, exceptuando o célebre ensaio de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Recorremos às teorias de alguns dos autores que fundaram a sociologia, como Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber para encontrar indícios do conceito que permitissem a exploração do mesmo. Veremos como o *espírito capitalista* se caracteriza pela dimensão materialista, racional e empreendedora, contrastando com o *espírito revolucionário* que releva a dimensão *vingativa* e *emotiva* pela submissão do proletariado à burguesia. O que denominamos de *espírito colectivista*, inspirado por Durkheim, compreende a regularidade do primeiro e a efervescência social e emocional do segundo.

O *estado-de-espírito* revivalista foi a *forma* social que encontrámos para explicar como uma determinada estrutura de relações sociais, situada num contexto particular, com as suas dinâmicas e regularidades características, são condicionados por esse

estado-de-espírito. Temos em conta, obviamente, como matéria de análise, as razões e os sentidos subjectivos que os indivíduos invocaram para essas relações. Procurámos desvendar as lógicas e processos sociais que identificámos por detrás dessas relações.

Veremos na situação observada como o *espírito revivalista* representa um sistema de disposições sociais alinhado com um padrão de razões baseado num mito dual, isto é, de uma suposta idade do ouro no passado e uma aversão face ao presente. Enraizado em valores tradicionais e tradicionalistas é socialmente conservador, visando manter a permanência e desenvolvimento de relações de natureza ideal, com o intuito de alimentar sentimentos de segurança.

Estruturámos a organização do trabalho em seis partes. No ponto número um fazemos a introdução à noção de estados de espírito como reconhecível na linguagem corrente e de psicólogos sociais. Vemos a ambiguidade e recorrência do termo nas conversas do dia-a-dia, e como é associada às emoções ou a padrões emocionais diferenciados.

Seguidamente, na parte dois, procuramos pistas do conceito nos autores fundadores da disciplina sociológica. Problematizamos, brevemente, as alusões explícitas e implícitas ao conceito, e em que medida e importância devem ser consideradas para a nossa pesquisa.

A parte número três consiste na apresentação do estado-de-espírito revivalista no contexto das sociedades modernas. Os movimentos de fundamentalismo e revivalismo religioso actualmente visíveis e reconhecíveis, e as reacções culturais à *modernidade*, são alguns dos acontecimentos sucintamente abordados como exemplo.

Na parte quatro realizamos a apresentação e reflexão sobre a estratégia metodológica seguida nesta pesquisa, e os procedimentos e práticas adoptados através da técnica da entrevista, as suas potencialidades e limitações para o presente estudo.

Posteriormente, apresentamos a análise das informações que permitiram construir e formular o *estado-de-espírito* revivalista, de acordo com a realidade observada. A justificação teórica e a delimitação da proposta de um novo *estado-de-espírito*. Fundamentaremos a análise das relações de génese familiar através da teoria dos *estados-de-espírito* desenvolvida, e em desenvolvimento, por António Pedro Dores (2005; 2004a; 2003b; 2003c; 2001)

Por fim, esboçamos umas notas conclusivas sobre o *espírito* revivalista, como se manifesta e pode ser identificado, e as dimensões a que se liga no caso observado.

1 – ESTADOS DE ESPÍRITO, DISCURSO COMUM E PSICOLOGIA

O termo “estado de espírito” está banalizado nas conversas quotidianas. Por exemplo, ouvíamos há cerca de uns meses uma reportagem (*A Ilha da Solidão* – emitida a dois de Agosto de 2006), do jornalista da SIC, Pedro Coelho, onde se refere ao “espírito de entreajuda”, e “espírito de auto-suficiência” dos habitantes da Ilha do Corvo. O declínio desses *sentimentos* e práticas *altruístas* com a introdução das novas tecnologias e de outros elementos da *modernidade* invadiu a ilha e a sua “comunidade” fechada e isolada, onde agora parecem prevalecer a “solidão” e o individualismo. Outras designações usadas pelo jornalista, como a falta de um “espírito de iniciativa”, e a dramaturgia comercial jornalística associada à sombra da “solidão”, suscitam alguma ambivalência e indefinição sobre o termo.

Parece existir uma associação a componentes evidentemente sociais, mas fica em suspenso qual o seu significado social, como se fosse *bastante* claro e óbvio para a audiência, como se todos compreendessem. Esta é a falácia do discurso comum, os termos, juízos, noções e ideias aparecem como transparentes, sem contestação, *naturais*. Já Émile Durkheim (1992; 2004) salientou a necessidade da sociologia definir claramente a terminologia usada de forma a circunscrever as suas características *chave* para a interpretação da vida social.

Para além dos usos de senso comum, e segundo alguns psicólogos, *estados de espírito* são “estados afectivos” ou “emocionais”, ora “positivos”, “negativos” ou “neutros” (cf. Henriques e Lima, 2003). Nesse sentido, por exemplo, se considerarmos o nível *emocional*, um *estado de espírito* “vencedor” revela um sentimento de *confiança* nas capacidades e competências de um indivíduo ou grupo social – por oposição a “medo”, “temor” ou “receio”.

Será, então, na perspectiva daqueles psicólogos sociais, uma disposição geral do conjunto de agentes (ou do indivíduo) conjugada para alcançar objectivos positivos previamente estabelecidos. Essa *disposição* e agregação de vontades exercem uma coacção ou efeito no grupo, que se repercute nas suas acções e comportamentos.

Todavia, Henriques e Lima não definem claramente o que são *estados de espírito* deixando, assim, uma lacuna e um hiato sobre o que são *sentimentos* “positivos ou “negativos” ou “neutros”. Já Daniel Goleman (2001: 311) também associa os *estados de espíritos* às “emoções”, mas descreve o conceito transpondo os meros termos indicativos de positivo, negativo ou neutro, para o classificar como sendo mais complexo e mais prolongado que as emoções.

Para o trabalho que se apresenta, consideramos *estados-de-espírito*, nos termos da teoria social, fenómenos sociais que têm uma propensão a ser temporários, fugazes, desvanecendo-se mas também reemergindo conforme as circunstâncias sociais. No entanto, admite-se que os *estados-de-espírito* aconteçam com alguma regularidade na vida social, sejam passíveis de identificação e interpretação, exercendo efeitos variáveis nos indivíduos e nas instituições. Vejamos o que nos dizem alguns dos consensualmente reconhecidos fundadores da disciplina sociológica.

2 – OS FUNDADORES E OS ESTADOS-DE-ESPÍRITO

Uma análise atenta dos textos de alguns autores clássicos da sociologia, como Émile Durkheim (2001, 2002), Karl Marx (2001) Georg Simmel (2004) ou Max Weber (2001), por exemplo, demonstra que a noção de “espírito” humano ou social aparece de forma dispersa, mas com alguma frequência.

Apesar de todos se terem referido a esta dimensão da vida social, o conceito de “espírito” ou de diferentes *estados de espírito* aparece como uma categoria mais ou menos residual no discurso sociológico. O famoso ensaio de Weber, *A ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* destacou em título o próprio conceito.

A tentativa de sistematizar e consolidar uma abordagem sociológica através do conceito de *estados-de-espírito* assenta, assim, na releitura dos fundadores clássicos da disciplina sociológica.

O espírito revolucionário

Karl Marx (*op. cit.*), refere-se à emergência do “espírito revolucionário”. Este nasce no seio da classe operária, a única onde se pode gerar um impulso para a revolução do *proletariado*.

As condições sociais e económicas de existência desta classe potenciam este *estado de espírito*, pois a “alienação” resultante da desapropriação dos meios materiais de produção, e a subordinação nas relações económico-sociais só poderia ser superada através da luta de classes. Para tal, será necessário um “espírito” vigoroso e determinado, fundado numa *disposição* de vingança¹ colectiva capaz de inverter a tendência contraditória da sociedade capitalista.

A formação, amadurecimento e consolidação da “consciência de classe para si” constitui a transposição do período da “consciência de classe em si” e, simultaneamente, o alicerce para a acção revolucionária capaz de tomar o poder à classe dominante.

Mas se com Marx podemos imaginar um *estado de espírito* revolucionário, seria igualmente credível admitirmos na classe burguesa um espírito “conservador”, de manutenção e reprodução dos privilégios que derivam da sua posição social de supremacia.

Em traços muito abreviados, Marx contribui para elaboração teórica do conceito de *estados-de-espírito* tal como entendemos, não obstante o estruturalismo materialista e economicista que preconizou.

¹ Sobre o “espírito vingativo” como emoção social que visa restaurar as relações de poder assimétricas ou truncadas ver Barbalet (1998).

O estado de espírito colectivista

Numa das obras fundadoras da sociologia francófona, *O Suicídio* (1992), Émile Durkheim apresenta-nos duas “consciências colectivas” associadas a dois estados evolutivos das sociedades, o de “solidariedade mecânica” e o de “solidariedade orgânica”. A primeira mais homogénea, simbólica e socialmente, a segunda tendencialmente heterogénea e aberta aos valores seculares e individuais. Enquanto a “mecânica” favorece uma forte componente colectivista e religiosa, a “orgânica” permite um maior espaço de liberdade de acção dos indivíduos.

O conceito de “consciência colectiva” permanece pouco pródigo relativamente ao de *estados-de-espírito*. Alude a normas, valores e crenças sociais unificados, e à sua distribuição coerciva pela sociedade e pelos indivíduos.

Contudo, na sua obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa* (2002: 402), Durkheim refere um *estado de espírito* para explicar práticas religiosas específicas, que designa por “ritos piaculares”. A interpretação atribuída a este tipo de ritos, tendo por base determinadas crenças religiosas, é associada a circunstâncias de sofrimento e tristeza. Estas produzem um estado de “efervescência” colectiva aproximando uns dos outros os membros do grupo, que contribui para o reconhecimento da *sociedade* em cada indivíduo.

Nesse sentido, para Durkheim, *estados de espírito* incorporam um forte elemento emocional que, num determinado contexto institucional e circunstancial (funeral de um ser humano), dominam e invadem o grupo social em causa. É a sociedade exercendo o seu peso coercivo na consciência colectiva (e vice-versa), contribuindo para a coesão social. Isso acontece independentemente do ritual realizado e apesar das suas particularidades. O mesmo acontecendo com comemorações festivas em geral, que manifestam diferentes *estados de espírito*.

Noutra obra (2001), Durkheim apresenta o que nomeia por “espírito de disciplina”, ou seja, uma primeira *disposição* para a vida em sociedade, fora do círculo da socialização primária. Aí se discute a importância da inculcação das regras morais

durante a educação escolar. Esse *estado de espírito* interiorizado nas crianças é, assim, o resultado de um processo social empreendido para produzir seres responsáveis e conscientes da moral secular necessária à coesão das modernas sociedades industriais.

Em suma, o conceito em Durkheim indica para diferentes disposições sociais e emocionais que animam colectivos e indivíduos. Partindo do pressuposto da diversidade existente de *estados-de-espírito*, admite-se a pluralidade destes fenómenos que nascem no seio do grupo e se dirigem a ele próprio. Adquirem uma autonomia face às consciências individuais, pois constituem-se na “exterioridade” e exercem uma coerção sobre elas.

O espírito do capitalismo

Max Weber foi o primeiro sociólogo a fundamentar histórica, social e culturalmente, um *estado de espírito*, o “espírito do capitalismo” (2001).

Num dos textos mais importantes e emblemáticos da sociologia clássica², Weber argumenta sobre a existência de um determinado *estado de espírito* na génese da sociedade capitalista ocidental. Na íntima relação com a ética das seitas protestantes devedoras à figura de Calvino, este “espírito” assenta na temática que, segundo Max Weber, mais caracteriza a modernidade das sociedades ocidentais (em particular as do centro e norte da Europa): a *racionalidade*. Esta, com outras significativas evoluções económicas (intensificação comercial e industrialização), sociais (administração e direito racionais), e culturais (desenvolvimento técnico que a ciência moderna proporcionou), podem bem caracterizar a “energia” inicial que impulsionou os actuais sistemas capitalistas.

Mas, para que essa sustentação e reprodução se consolidassem, foi necessário, segundo o autor, a expansão de um *estado de espírito* detectável apenas na Europa do norte e nos EUA (Swedberg, 2004).

² De acordo com Barbalet (1998: 58) será mesmo “...o texto mais significativo de toda a sociologia”.

As qualidades desse fenómeno radicam, como antes expusemos, na “racionalidade”, numa *disposição* para o fomento e reinvestimento das mais valias e dos capitais nas empresas. Essa acção racional e sistemática somente foi possível através da separação das contas empresariais das do grupo doméstico, da contabilidade racional (Weber, *idem*, p.17), e do trabalho “livre” organizado em moldes burocráticos. Em suma, para uma actividade centrada no trabalho incessante como modo de vida, e marcada pela inquietação do crente puritano calvinista (Swedberg, *idem*, p.3) fundado na ideia de *beruf* (vocaçào, profissão ou vocaçào enquanto profissão).

A orientação para a acumulação de capitais económicos é acompanhada por um conjunto de preceitos para a acção que favorecem uma conduta sóbria, de realização quotidiana de “obras” tendo como fim a “glorificação de Deus”. O empreendimento e produção capitalistas seriam o resultado de uma crença assente na “angústia pela salvação”³ sentida pelos protestantes ascéticos. Diz-nos Weber que a forma encontrada para demonstrar a “certeza” da sua condição de “escolhido” perante os outros homens seria a conduta terrena, com o pretexto da ideia de “vocaçào” (*beruf*) enquanto tendência imanente para uma determinada profissão. Existe, assim, na ética puritana, uma crença da natureza divina do ser humano, do destino enquanto supra-determinado.

O famoso ensaio de Max Weber é igualmente um confronto com a teoria economicista e determinista de Karl Marx, à qual Weber contrapõe e sublinha a importância da esfera “normativa”, das crenças religiosas como dimensão significativa para a acção social (Parkin, 1996).

Não é somente a “alienaçào” da classe operária pela posição de subordinaçào nas relações de produçào face à burguesia mas, segundo Weber, o nascimento de um *estado de espírito* específico.

O espírito capitalista foi (e continua a ser actualmente) uma força motriz do moderno capitalismo racional e institucional europeu e norte-americano.

³ Alguns dos críticos da sua tese referem que esta é uma imputaçào improvável a um motivo psicológico (cf. Breiner, 2005: 22).

Discussão

Karl Marx, no contexto da sua teoria social e ideológica, da histórica e inevitável luta de classes inspira a denominação de um “espírito revolucionário”. A sua expressão prática tenderia a libertar o proletariado da condição de subjugação e incluir elementos “emocionais” de monta, face à certeza teleológica da direcção da história mundial. O “espírito revolucionário”, desejavelmente, promoveria a organização de forças sociais irresistíveis apoiadas pela convicção proletária da inevitável dissolução da sociedade e ideologia burguesas.

Já Durkheim não associa os *estados-de-espírito* a nenhuma classe ou estrutura social diferenciada, mas propõe que são factos sociais com significativa carga emocional, animando e reproduzindo a “sociedade” que existe fora das consciências individuais.

Com Weber, o “espírito do capitalismo” é descrito e interpretado como estritamente racional. Afasta, assim, qualquer elemento “sentimental” que pudesse interferir na conduta moral do capitalista, uma vez ultrapassada a fase da “ética protestante” própria do religioso ascético.

Temos, portanto, diferentes perspectivas teóricas que acentuam vários aspectos do conceito de *estados de espírito*. Exceptuando, naturalmente, o clássico “espírito capitalista”, as outras nomeações são apenas sugestivas de acordo com as teorias dos autores referidos. Ao que poderíamos designar pela dimensão regular, materialista, racional e empreendedora do “espírito capitalista”, contrasta um tipo de acção social insurrecta e exaltada do “espírito revolucionário”. O “espírito colectivista” inclui a regularidade e a exaltação, mas visando a reprodução das disposições sociais do grupo.

No âmbito da teoria social de alguns dos autores clássicos os *estados de espírito* são construções ideal-típicas que permitem enquadrar fenómenos sociais e individuais num espaço-tempo delimitado.

Como potencial analítico para o nosso trabalho usamos o conceito de *estados de*

espírito no sentido de António Dores (2003c: 26). Para o autor:

“estados de espírito são sistemas de disposições alternativos e abstractos, ao mesmo tempo independentes e imanentes de pessoas, povoações e instituições (com os seus hábitos particulares) adoptáveis temporariamente por qualquer dessas instâncias sociais, conscientemente ou não, intencionalmente ou não, em associação com sistemas de razões mais ou menos desenvolvidos, sólidos e abertos a novos desenvolvimentos”.

Esta proposta considera que *estados-de-espírito* aludem às diferentes *disposições* e *razões* susceptíveis de serem mobilizadas por “pessoas, povoações ou instituições”. Consiste numa reformulação da noção de disposição incluída no conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (2002).

É precisamente nessa lógica que nos propomos a entender o conceito de *estados-de-espírito*, como distintos sistemas de disposições sociais ligados a sistemas razões. Definindo desta forma o nosso objecto de estudo, pressupomos a noção de disposição num sentido mais relacional (Casanova, 2004: 17), isto é, tendo em conta as estruturas e os processos sociais de onde emergem mecanismos observáveis. Referimo-nos à concepção das *disposições sociais* de uma forma menos determinista e mais “maleável” de acordo com a margem de manobra que os agentes detêm sobre a estrutura social.

3 – A MODERNIDADE E O ESPÍRITO REVIVALISTA

Movimentos sociais, cultura e religião

Os movimentos de fundamentalismo e revivalismo religioso que temos assistido recentemente levantam questões onde cabem problemáticas mais vastas da contemporaneidade e da política global. Serão a expressão de novas (ou velhas) tendências civilizacionais, conforme diria Norbert Elias. Seja nas manifestações radicais da renovação dos códigos éticos e morais, como no caso do islamismo, seja de maneiras mais moderadas e cooperantes de determinados sectores religiosos.

Um exemplo desses acontecimentos é o aparente antagonismo entre o Ocidente e a civilização islâmica (Turner, 2004). O referido choque cultural, a legitimidade dos Estados-Nação na resolução de questões como a integração social, a segurança e violência, ou a definição, redefinição e pluralidade de identidades e estilos de vida, são algumas das dimensões constituintes da globalização.

Igualmente, a nível nacional podem surgir “comunidades imaginadas” (Anderson, 1983), como construções ideais de tempos e práticas mais ou menos antigas, visando reviver cenários onde a solidariedade e coesão sociais eram predominantes.

Contudo, reviver o passado não é um fenómeno estritamente macrossocial que reside nas estruturas prevaletentes, mas um facto que ocorre aos indivíduos de acordo com circunstâncias várias. Por exemplo, todas as situações que envolvem rituais são, de alguma forma, acontecimentos virados para a reprodução e reapropriação de valores e práticas arreigadas.

É possível admitirmos que a *disposição revivalista* tenha existido durante toda a coexistência humana e social como forma de revitalização dos laços sociais e memórias do passado. Através de uma análise histórica, social e cultural poderá ser detectada em indivíduos, instituições, sistemas socio-políticos, ou mesmo em períodos históricos.

Relações maternas, moral tradicional e o passado

A um nível *interactivo*, os contornos das relações de génese maternal são dos mais profundos e implicam importantes efeitos sociais e *emocionais*.

Fundadas nas culturas e tradições variadas expressam sempre sinais do passado e do presente das sociedades de que fazem parte.

O apego a valores tradicionais detectável, nomeadamente, nos “discursos” sobre a legitimidade *natural* dos laços consanguíneos, exerce a sua força moral no interior e

exterior das relações sociais. Por exemplo, Helena, uma das nossas entrevistadas, diz-nos que:

só tenho pena do meu filho não ter voltado a dar as alegrias que me deu antes... se ele se separasse daquela rapariga e arranjasse uma rapariga calma, serena... com aquela rapariga não há estabilidade possível... ela não é uma mulher que se levante e faça comer que leve num termo e aqueça...

Através de *razões* de natureza moral, esta mulher reivindica para a nora práticas eminentemente tradicionais. Os direitos que *exige* para o filho subsumem uma rígida separação tradicional de papéis conjugais, onde a mulher tem tarefas de “dona de casa” ilustrando uma concepção normativa da assimetria de papéis na estrutura matrimonial.

A defesa intransigente das ligações familiares e das normas patentes e subliminares tendem a pressupor a estabilidade e reprodução do grupo que compõe essa *forma* das relações familiares.

Por vezes, materializa um ideal *encantado* e sobrevalorizado, não raras vezes em relação directamente oposta ao “espaço público”, respeitante às relações “externas” a esse ideal.

Neste se projectam e manifestam os “perigos”, as “inquietações”, os “proibidos”, bem como inversamente as oportunidades de participação no campo social, económico e cultural, susceptível de alimentar a reprodução da unidade familiar doméstica:

...o David sempre foi de partilhar! Sempre foi de ajudar! Este *defeito* ele tem. Para mim hoje é [um defeito], nos tempos que correm é, fui eu que o eduquei assim porque eu também era assim, já não sou tanto. Ainda sou um bocadinho, porque isso nasce connosco, uma parte. (Helena)

A partir do “interior” (da casa como microcosmos idealizado), deseja-se revelar

consenso, o aceitável de acordo com sistemas de razões directamente ligados a construções imaginárias da família como ente quase que sagrado.

Esse *ser* idealizado, todavia, pode esconder outras dinâmicas passíveis de serem resgatadas através de uma análise desprovida desses preconceitos, onde a leitura nas entrelinhas revela, normalmente, outros aspectos menos visíveis.

Propomo-nos a designar de *espírito revivalista* um sistema de disposições sociais que se apoia em *razões* derivadas de uma moral assente na valorização exacerbada do passado, assumindo uma espécie de obsessão⁴. O *estado-de-espírito revivalista* é apoiado num discurso de *encantamento* face a um passado ideal, ou sentido como real, em confronto com uma *desilusão* face ao presente.

Nele se configura a existência de uma reacção excessiva a transformações ocorridas necessária e previsivelmente durante os processos de socialização. Referimo-nos à emancipação dos indivíduos decorrente do crescimento etário. Esse antagonismo inclina-se a produzir práticas conspirativas, como uma espécie de *vocação* materna, que procura recuperar o objecto amado dos potenciais corruptores do ideal construído em torno do seu filho. Georg Simmel (2004: 72) exemplifica claramente o que queremos dizer:

... A posse induz o amor da posse. Fazem-se sacrifícios por aquilo que se ama, mas inversamente também se ama aquilo por que se fazem sacrifícios. Sendo o amor materno o móbil de incontáveis devoções, as penas e os cuidados que as mães assumem vão ligá-las ainda mais firmemente aos seus filhos.

Este autor clássico realiza uma classificação de pendor negativo. Não será somente devido aos “sacrifícios; devoções e penas” que o significado marcante da relação entre mãe e filho se desenvolve. É importante ter em conta os aspectos positivos, como o entusiasmo e satisfação sentidos pela mãe devido à natureza da relação estabelecida com o descendente.

⁴ O termo “revivalismo” é o que melhor parece caracterizar o caso que observámos. Utilizamo-lo para designar aquelas situações onde a *realidade presente* parece não estar conforme a *vontade* dos agentes ou instituições.

Transparece aqui a possibilidade de revelação de um potencial sobre o reviver de expressões e disposições socialmente incorporadas durante um período tão importante como a socialização primária, ou a constituição do *habitus* original, na acepção de Bourdieu (1998: 145).

Também Ferdinand Tönnies (2001: 513) menciona a importância de carácter penetrante das relações sociais do tipo maternal:

A relação materna é a que está mais profundamente enraizada no instinto puro ou inclinação. Aqui a passagem da ligação física para a ligação meramente espiritual é evidente; esta remete tanto mais para aquela quanto mais perto estiver da sua origem.

O espírito *revivalista* é “tradicionalista” ao contrário, por exemplo, do moderno *espírito capitalista* de Max Weber. Visa a manutenção e/ou renovação de acontecimentos do passado, pois procura refazer um presente de acordo com aqueles, ou seja, um passado sentido e interpretado como ontologicamente *encantado*. Queremos com isto afirmar que os agentes que experimentam este *estado-de-espírito* tendem a rejeitar a mudança que ocorre nos objectos sociais ou indivíduos da sua *veneração*.

Fixam-se a ideias do passado, não deixando com essa visão e actuação mais ou menos ajustada o desenvolvimento desses indivíduos. Forjam uma trama que tende a asfixiar o desenvolvimento dos indivíduos, porque baseiam as suas *boas razões* numa moral considerada legítima e consensual. Vejamos alguns exemplos retirados das entrevistas:

Eu como não gosto que os miúdos falem mal. Comecei a assim a ensinar-lhe a palavra porque era a única que ele não dizia bem. Porque ele era de tal maneira inteligente, e *custa-me tanto falar destas coisas* (...) não é de um miúdo qualquer! (Helena)

Mas só que, há um ditado muito antigo, eu acredito muito no que os ditados dizem, ‘diz-me com quem viveste que eu te direi o que aprendeste’. De facto ele agora, desde que está com a rapariga que tem perdido tudo o que tinha... (Helena)

O *tempo* e os acontecimentos do passado constituem o foco principal deste *estado-de-espírito* em comparação sistemática (ou não) com o presente.

Revivalismo: relação de fixação e co-dependência

Anthony Giddens propõe um tipo de relação social com perfis enquadráveis no revivalismo, como aqui o entendemos. Denomina-a de “relação de fixação”. Esta relação tem afinidades com práticas contraditórias à *realidade*. Não inclui, porém, o elemento decisivo do tempo social como o *espírito revivalista*:

Designarei por relação de fixação aquela em que a própria relação é objecto de dependência. Nas relações de fixação, os indivíduos não constroem as suas vidas em torno de dependências preexistentes de outros; eles precisam antes da relação para alimentar um sentimento de segurança que, de outra forma, não conseguem encontrar. (Giddens, 2001b: 63)

Esta relação de fixação relaciona-se com pressupostos teóricos sobre a importância dos processos da segurança ontológica, e a sua centralidade na constituição do *ser* social.

Por outro lado, inclui uma importante dimensão *emocional* relativa aos laços de intenso *significado* para os agentes envolvidos. A conjugação daqueles dois factores solidifica-se em discursos morais, com carácter reivindicativo, sobre a legitimidade tradicional ou *naturalista* perante a suposta veracidade dessas reclamações. Conforme nos revela Helena sobre o filho de 36 anos:

Só gostava de perceber porquê? Porque é que ele não luta para ser feliz? Ou será que ele luta e não consegue? Porque ele não se abre comigo, sabe? Talvez porque desde o início, eu quando disse em relação à rapariga [que] nunca a aceitei bem, e não sei se é por isso que ele não se abre comigo. Não, nunca me pede ajuda, pede ajuda a outras pessoas, por exemplo, umas que às vezes não são as mais indicadas.

...eu, em vez de estar lá em baixo no Alentejo tinha, pronto, graças a Deus uma boa

casa, tinha uma vida muito sossegada, e estou aqui, para com pezinhos de lã! Tentar apoiar!

Parece que, para esta mulher, a relação filial funciona como uma âncora emocional e, simultaneamente, de segurança e satisfação. Este género de práticas enquadra-se no tipo de agentes com disposições centradas num objecto bem definido. Vivem em função de terceiros, são protectoras, e precisam de dar auxílio aos outros como maneira de exercerem controlo e um sentimento de *veneração* a uma causa legítima.

Recorrendo novamente a Giddens (*op. cit.*, p. 62), que reformula o conceito de “co-dependência” usado na literatura terapêutica:

...uma *pessoa* codependente é alguém que, de forma a manter um sentimento de segurança ontológica, precisa de outro indivíduo, ou de um conjunto de indivíduos para definir as suas vontades. Ela ou ele não conseguem sentir-se autoconfiantes sem se devotarem às necessidades dos outros.

Ora, a definição sociológica enunciada da “pessoa codependente” permite compreender como as disposições a que chamámos revivalistas se manifestam ao nível individual. Os agentes que corporizam o *espírito revivalista* demonstram afinidades com o padrão de *morbidez* que Giddens expõe, isto é, inclinam-se para a construção de uma trama baseada na procura e manutenção de sentimentos de segurança ontológica aparentemente ausentes na sua vida social.

4 – METODOLOGIA: CONCEPÇÃO E ESTRATÉGIA ADOPTADA

Etapa exploratória

O delineamento da nossa estratégia metodológica decorreu do objectivo de adequar a recolha de informação ao nosso objecto de estudo. Tendo em mãos um estudo exploratório afigurou-se, desde logo, que as técnicas de carácter qualitativo seriam as mais apropriadas para obter a informação necessária à elaboração e análise do objecto.

Impõe-se lembrar que o “motor” desta pesquisa foi a condenação a uma pena de prisão de um indivíduo (o David) que, de acordo com o artigo n.º 25 do decreto-lei n.º 15/93 de 22 de Janeiro, praticou um crime de “tráfico de menor gravidade”. Por outro lado, o relacionamento de amizade com o referido indivíduo permitiu-nos uma proximidade, sempre condicionada e relativa, e acompanhamento da sua situação, bem como da sua cónjuge.

Foi um sentimento de indignação, pelas circunstâncias em que ocorreu, que acelerou o trazer à luz sociológica este caso. Não nos interessa, nem aqui caberia, tecer quaisquer considerações de natureza moral sobre a justeza ou injustiça dos fundamentos da condenação penal. Aliás, como se poderá constatar nas entrevistas, os próprios agentes entrevistados concordaram com a privação da liberdade deliberada pela instância jurídica, não obstante as reticências sobre a lentidão da resolução deste processo.

Posteriormente a esse foco inicial, partimos para a realização de entrevistas às mulheres com relações de afinidade familiar, as quais se revelaram fundamentais e determinantes para a pesquisa. A inquirição às mulheres foi acompanhada por um diário de investigação com o qual anotámos diversos tipos de informação antes, durante, e depois da aplicação da técnica de entrevista.

Importa ainda aqui salientar as potenciais distorções informativas quando um entrevistador masculino inquirir mulheres. Certas dimensões da vida social são muito

reguladas por estereótipos, e é de assumir conscientemente que, por exemplo, as esferas emocionais da intimidade, as representações face aos homens, os segredos, as vergonhas, e outros assuntos sejam ocultados perante um indivíduo de género diferente. É conhecido que os factores associados ao entrevistador, como a idade, a aparência de certa classe social, etnia, etc., encerram vários constrangimentos ou, por outro lado, afabilidades na obtenção dos dados. Essa variabilidade também se associa ao tema que é proposto. Na nossa situação, o ideal seria as entrevistas terem sido conduzidas por mulheres. Porém, julgamos que o tema não era demasiado sensível em termos de género, a ponto de desaconselhar o procedimento adoptado.

Procedimentos metodológicos

Num primeiro momento realizámos uma reflexão sobre as variáveis e dimensões a enunciar que se adaptassem aos nossos objectivos gerais, na tentativa de delimitar e apreender o nosso objecto de estudo.

Considerando os constrangimentos que *sempre* implicam as questões em situação de entrevista, começámos a conversa com questões claras e simples. Posteriormente, apresentámos as relativas ao início das relações entre os actores e outras que visassem recolher as informações pertinentes para a pesquisa.

Decidimos realizar três entrevistas (a um ex-presos e a duas familiares) no âmbito desta pesquisa exploratória. Esta técnica surgiu-nos como a mais vantajosa, pois favorece a obtenção de dados informativos muito abundantes e pormenorizados sobre as experiências de vida, e sobre os sentidos atribuídos pelos agentes à sua acção social.

Assim, optámos por uma elaboração de entrevistas “semidirectivas” (Ghiglione e Matalon, 1997:84), ou “não estruturadas” (Burgess, 2001:112), pois permitiram colocar questões associadas a alguns tópicos de cariz genérico que suscitassem alguma amplitude no desenvolvimento das respostas.

Esta estratégia permitiu-nos desvendar outros temas que rodeavam os seus vínculos de parentesco, tais como [1] as relações e efeitos da prisão e da toxicomania nas suas vidas; [2] as relações tensas entre as mulheres interrogadas face aos temas abordados; [3] os conflitos entre as próprias agentes; [4] as posições face ao seu familiar masculino; [5] as representações sobre os efeitos da toxicomania nos descendentes; [6] a(s) posição(ões) face à justiça, neste caso em particular e noutras temáticas; [7] as relações laborais e a estruturação da vida quotidiana; [8] o papel do trabalho nas suas vidas e identidade social (a concepção do trabalho como função não só económica e de construção da identidade social, mas também como alienação dos problemas da vida social, que se expressou semelhantemente no discurso das duas entrevistadas).

Deste modo obteve-se uma redundância de informação que extravasou bastante o objectivo de captar *estados-de-espírito*, como é habitual neste tipo de técnica. O excesso de informação recolhida poderá desvendar outras margens de fenómenos menos visíveis, e suscitar reflexões que poderão ser desenvolvidas em novos estudos.

No final das entrevistas demos aos entrevistados a possibilidade de acrescentar algum tema ou assunto que desejassem, e que não tivesse sido abordado durante a própria entrevista, de forma a podermos ampliar o nosso leque de informações, ou a sugerir alguma pista de desenvolvimento.

Portanto, todo este leque de procedimentos sugere uma lógica exploratória o mais flexível possível, tendo sempre em mente o rigor na recolha da informação e a necessidade de reduzir as ambiguidades resultantes da linguagem e discurso correntes.

A interacção na situação de entrevista (Ghiglione e Matalon, 1997:90-1) foi preparada de modo a criar um ambiente de tranquilidade na medida do possível⁵. Procurámos enunciar as questões de forma lenta e pausada, gerando assim a possibilidade dos agentes responderem de forma não atabalhoada, o que poderia favorecer respostas rápidas e irreflectidas (Foddy, 1996:39). Inicitámos, igualmente, à

⁵ Ocorreram algumas interferências inevitáveis durante as entrevistas, nomeadamente um dos cônjuges de uma inquirida que interrompeu deliberada e momentaneamente a conversa.

reflexividade (Giddens, 2002) com o intuito dos agentes formularem as respostas de acordo com os seus quadros de referência mental.

A realização prática de entrevistas em profundidade, diferentemente das entrevistas dirigidas, encerra especificidades a ter em atenção. A dimensão temporal pode ser uma mais valia para o desenvolvimento do discurso dos informantes, de acordo com o seu quadro referencial (pensamos em referências morais, culturais, ideológicas, etc.). Isso permite expressar e auto-interpretar os seus modos de vida, as razões e lógicas que atribuem às acções, bem como a solidificação de universos simbólicos de atribuição de significado. Todavia, a *quantidade* de informação que este género de entrevistas produz levanta questões sobre a saturação dos dados relativos aos tópicos que desejamos tratar, podendo entrar, e geralmente entra, em excesso ou redundância da informação e ambiguidades várias.

Ora, as entrevistas semidirectivas podem, e devem, ser entendidas em relação ao contexto (Rapley, 2001: 304) onde se desenrola o diálogo⁶ e a interacção, antes e durante a execução da técnica. As variantes desse contexto e da interacção vão permitindo, tanto ao entrevistado como ao entrevistador, renegociar a sua identidade social e moral ao longo da comunicação, reajustando a conversa de acordo com o decorrer da mesma. Queremos como isto dizer que o entrevistador *nunca* será meramente um interveniente neutral no decorrer do diálogo, podendo, contudo, tentar evitar ao máximo emitir juízos valorativos sobre o que vai sendo dito, e auxiliando ao desenvolvimento das respostas do(s) informante(s).

Assim, a informação recolhida durante as entrevistas semidirectivas é construída pelo entrevistador(a) e entrevistado(a), admitindo a possibilidade de uma outra versão de resposta devido à complexidade da interacção social.

O entrevistador é, então, um participante central e activo na interacção e colabora na produção dos dados contextuais que emergem da *contingência* associada ao local específico da dinâmica interactiva (Rapley, *idem*).

⁶ Decidimos efectuar entrevistas duais para que não se verificasse a influência de um terceiro elemento. Sobre este assunto ver Boeije, 2004.

Considerando estes pressupostos epistemológicos, julgamos que, sem fazer uma apologia do relativismo (ver Boudon, 2004), os dados recolhidos nesta pesquisa devem ter em consideração a especificidade do contexto temporal, da interacção que se estabeleceu entre os intervenientes, bem como das potencialidades e determinações desta prática social que a entrevista constitui.

Quanto à técnica adoptada para análise da informação, a análise de conteúdo, serviu sobretudo como função heurística. Visto ser uma técnica susceptível de ser aplicada a todo o tipo de comunicação, a sua adaptabilidade para a interpretação das entrevistas surgiu como incontornável.

O objectivo foi encontrar qualidades ou classes de objectos, de acordo com um padrão analítico desenvolvido, como meio de dar inteligibilidade ao material. Procedemos, sobretudo, numa lógica da descoberta, na tentativa de elaborar comparativamente relações entre os dados e dar sentido à informação.

No mesmo sentido de Maroy (Albarello *et al*, 1997, pp. 120-121), seguimos uma “descrição analítica”, onde “O esquema geral de análise já não parte de uma grelha preexistente; é elaborado e derivado dos materiais. As classes ou categorias e as suas relações são sugeridas ou descobertas indutivamente a partir dos dados.”

Breve descrição individual das entrevistas

Todas as entrevistas apresentadas tiveram o privilégio de ser concretizadas na habitação regular dos entrevistados, o que se tornou num espaço ideal, não obstante alguns imprevistos inevitáveis aquando da aplicação desta técnica. Pelo bem da deontologia que a recolha de informação em ciências sociais e na sociologia requer, os nomes dos agentes são fictícios.

Se a situação de entrevista pode suscitar tensões, retracções e silêncios, julgamos que o local de residência dos agentes será potencialmente minimizador do “desconforto” sempre gerado por este tipo de interacção.

Seguem-se algumas notas do nosso diário de investigação sobre as dinâmicas interactivas resultantes da recolha de informação.

A Cláudia

No que diz respeito à cónjuge do David, o contacto telefónico para a realização da entrevista não apresentou dificuldade, pois a pessoa teve conhecimento prévio que se tratava de uma entrevista para a realização de um estudo académico.

Durante o tempo de entrevista existiram algumas interferências de terceiros, nomeadamente a entrada do cónjuge em casa, embora consideremos que a interferência foi mínima. Por outro lado, a gravação foi algo afectada pelo ruído da circulação rodoviária no exterior. Posicionámos o gravador num local fora do alcance directo da visão da entrevistada, onde minimizasse o eventual constrangimento e condicionasse menos as respostas.

Esta entrevista decorreu de forma muito fluida, num local bastante adequado, não obstante algumas interferências inevitáveis.

Talvez por alguma familiaridade com o entrevistador, não revelou grande dificuldade em abordar o tema das relações conjugais e familiares, dos projectos individuais, da prisão e da toxicomania. Isso sucedeu devido, calculamos, a serem situações previamente experimentadas pelo facto do seu anterior companheiro conjugal ter tido também uma experiência de prisão e toxicomania. De qualquer modo, a vivência dessas situações não a impediram de expressar a sua visão, aparentemente, sem constrangimentos de monta.

A Helena

A segunda entrevistada, Helena, demonstrou reticências de assinalar na realização da entrevista. Durante a mesma, a informante procurou regularmente a aprovação do entrevistador sobre as suas razões relativas à vida familiar do filho e da nora. De

salientar ainda que esta entrevista só foi possível devido à insistência decisiva do filho.

No decorrer da entrevista verificou-se a entrada em casa do marido que interrompeu a mesma e colocou um rol de perguntas ao entrevistador. Mas, apesar dessa interferência, o seguimento da inquirição desenrolou-se em condições de normalidade.

A informante demonstrou-se algo apreensiva pelo tempo que demoraria a entrevista e colocou alguns entraves. A entrevista foi marcada para um estabelecimento comercial. Tivemos o cuidado de visitar o local uns dias antes e à mesma hora da realização da entrevista, para verificar o ambiente social (quantidade de clientes no café) e as condições acústicas (ruído), de modo a podermos sugerir outro local, caso aquele não fosse o mais adequado. De facto, o estabelecimento comercial apresentava ruído de fundo, não sendo o mais apropriado para a gravação no dispositivo áudio.

O encontro no dia da entrevista permitiu que demonstrássemos que o local não era o mais apropriado, ao que a informante sugeriu a sua habitação, sugestão por nós prontamente aceite.

Procurámos que a primeira abordagem a esta entrevistada através de contacto telefónico seguisse uma lógica o mais informal possível, identificando-nos como estudantes, clarificando o objectivo do contacto – a realização de um estudo académico – e motivando-a para a importância do trabalho. Salientámos que a entrevista consistiria em algumas questões sobre a vida e experiência do filho e da sua própria vida. Tivemos ainda o cuidado de sublinhar que o conteúdo dessa entrevista seria escrupulosamente anónimo, e que outros agentes que fossem nomeados, ou quaisquer outros, de forma nenhuma teriam acesso a ele.

O primeiro contacto telefónico com a referida informante, como anteriormente assinalámos, foi por nós sentido como não cooperante, apesar de anteriormente o filho ter dado conhecimento à Helena que um amigo a iria contactar para realizar

uma entrevista. Para nosso espanto, no segundo contacto telefónico foi muito colaborante, e a concretização da entrevista revelou-se bastante fácil. Julgamos que esta mudança significativa de atitude perante a realização da entrevista se deveu à intermediação, determinante, do filho.

De facto, assuntos como a prisão e a toxicomania encerram preconceitos sociais, *vergonhas*, segredos, e nem toda a gente está confortável para falar sobre isso, principalmente os agentes que tiveram contacto directo com elas.

O David

O terceiro entrevistado, o *David*, também se disponibilizou para colaborar no estudo sem qualquer retraimento a assinalar.

A destacar que a presença do dispositivo de áudio originou uma evidente perturbação no entrevistado, situação que tentámos obviar incitando à descontração e colocando o gravador num local menos visível.

Esta entrevista revelou-se pouco fértil em termos da sua potencialidade interpretativa (apesar de ter sido a que durou mais tempo) servindo, todavia, para corroborar informações das outras duas entrevistas. Ficámos com a percepção de ter sido algo artificial devido, talvez, à natureza da relação de amizade entre o entrevistado e o entrevistador, e da dinâmica de interacção que se estabeleceu.

Outras circunstâncias, como o facto de ter sido realizada em horário algo tardio devido aos compromissos laborais do informante, e os familiares se encontrarem em casa, poderão ter contribuído para essa percepção.

Este não é, contudo, um trabalho sobre sociologia prisional ou dos comportamentos *desviantes* que incida na compreensão desse tipo de fenómenos sociais. O ponto de partida foram esses factos anómicos, mas o objectivo é explorar o conceito de *estados-de-espírito* para tentar esclarecer como se processam as relações de parentesco, e qual(is) o(s) *estados-de-espírito* que se podem identificar e interpretar

entre indivíduos testemunhas desses acontecimentos.

Notas finais

A escolha da metodologia de inclinação intensiva surgiu-nos como a opção mais lógica numa investigação de carácter exploratório. Isso não implica a bipolarização, tendencialmente abandonada na disciplina sociológica, das metodologias quantitativas versus qualitativas. A conjugação de elementos qualitativos com quantitativos na delineação da pesquisa será a estratégia mais sensata. No plano propriamente analítico e de procedimentos técnicos, por exemplo, da análise da conversação que ocorre durante as entrevistas em profundidade existe a possibilidade do tratamento da informação incluir elementos *quantitativos* (Berg, 1998: 224-225), nomeadamente, na frequência de certas ideias, de certas reacções a determinados factores, da repetição balizada de componentes discursivos. Claro que não consente uma extrapolação para populações numerosas, mas fornece, por outra óptica, padrões informativos importantes para imaginar pistas de investigações futuras e testar hipóteses.

O empreendimento de captar o nosso objecto de estudo no discurso dos inquiridos por intermédio das entrevistas semidirectivas permitiu recolher um vasto conjunto informativo. Dele destacamos a necessidade dos agentes experiarem acontecimentos passados mas recentes na sua vida, como de uma espécie de terapia se tratasse (sobre este assunto ver o Modelo de Rogers da não directividade, citado em Ghiglione e Matalon, pp. 82-83), dos silêncios, expressões e insinuações *emotivas*, das lágrimas e auto afirmações identitárias, até, evidentemente, ao conteúdo explícito e implícito dos discursos, os seus sentidos e texturas (Berg, *idem*).

5 – O ESTADO-DE-ESPÍRITO REVIVALISTA: Pudores, Resistência e Intenções

Contextos e processos sociais: individuação

uma criança extraordinária (...) dócil, amigo, compreensivo, inteligente, educado e que todos os professores adoravam (...) de comportamento exemplar, esperto, inteligente, ele era muito inteligente.

Helena tinha 59 anos, à data da entrevista, e toda a sua vida pessoal e social foi fortemente configurada em torno do filho e do trabalho. A caracterização do filho, abundantemente adjectivada com atributos positivos, vai assumir um pano de fundo em todo o seu discurso. Aquele parece ter sido uma promessa moral (“de comportamento exemplar”), e institucional (“que todos os professores adoravam”).

O que conduz a uma classificação tão expressiva e positivamente ilustrada? Já autores clássicos como Tönnies (2001: 513) e Simmel (2004: 72), que se debruçaram sobre alguns aspectos das relações maternas, assinalaram a profunda importância deste tipo de laços sociais. Essa importância, contudo, pode revelar outros contornos menos visíveis da natureza relacional nas estruturas familiares.

Uma viuvez prematura e inesperada colocou-a numa situação em que teve de assumir o protagonismo económico e social da sua vida. Não sendo o único foco de atenção, o filho é descrito na sua narração como uma fonte de alegrias e, depois, de tristezas. As primeiras são explícitas na concepção *encantada* da infância do mesmo, as segundas, pela trajectória *desviante* do filho, como adiante veremos.

O cônjuge faleceu num acidente rodoviário gerando alguma carência material, a qual refere com um sentimento de angústia. A morte do cônjuge parece ter sido um acontecimento marcante não só das condições materiais de existência, mas também da sua futura vida emocional e social. Funcionário num Ministério Estatal é relatado como algo distante, austero, embora muito protector do filho:

era um bocado autoritário (...) era uma pessoa muito reservada. O meu marido era muito nervoso, das tais coisas, era uma coisa, não era sempre mas só de vez em quando, não era uma pessoa que bebesse nem nada, mas era uma pessoa que se exaltava....não batia, não, nunca bateu [no filho], às vezes gritava, gritava...

Acho que foi uma grande perda (...) morreu muito próximo do Natal.

O seu falecido marido representa, simbolicamente, o tradicional papel paternalista e uma separação de papéis sexuais na instituição familiar. A sua morte, por outro lado, fez com que o mercado de trabalho surgisse como inevitável. Perante o afastamento geográfico dos seus pais e o relativo isolamento que vivia nos arredores da metrópole lisboeta, não lhe restava outra alternativa.

Vivia-se nos finais dos anos 60, inícios de 70, época de importantes transformações políticas e sociais na sociedade portuguesa. Não só se estava no prelúdio da revolução dos cravos, como também os valores e outras estruturas sociais lentamente se modificavam. Como assinala Anália Torres (1996: 6), referindo-se ao último triénio do século passado nos países da Europa ocidental, Portugal incluído:

“Mudaram, no mesmo arco temporal, práticas e concepções sobre a vida familiar, aumentaram as margens de autonomia e liberdade individual no plano da vida privada (...). Assistiu-se ainda à transformação, provavelmente das mais radicais deste século, do estatuto social das mulheres (...) é inegável que a segunda metade do século XX poderá passar à história como momento de particular aceleração e grande visibilidade do protagonismo feminino nas nossas sociedades”.

As redes de sociabilidade construídas através da relação com o marido terão facilitado, muito provavelmente, arranjar trabalho numa escola, onde se fixou numa carreira administrativa. Esta permitiu-lhe estabelecer relações com uma classe média ou da pequena burguesia com capital cultural, proporcionando a participação e ganho de estatuto que a sua posição social lhe concedia. Fala-nos com orgulho das pessoas que faziam parte do seu leque de conhecidos:

a doutora Maria era advogada, pois jurista, a outra era professora de inglês,

professora de português e francês, o outro era engenheiro, o outro era médico, advogado, portanto os outros eram enfermeiros, tinha mais uma minha amiga também enfermeira (...) grande vastidão de pessoas, portanto um engenheiro que também era muito meu amigo, ainda hoje é (...) médicos, enfermeiros”

A par da longa e absorvente actividade profissional recusa, voluntariamente, relacionamentos amorosos e afectivos para manter o controlo e educação do filho sem interferências de terceiros. Perante a possibilidade de refazer a sua vida a nível amoroso, suspende-a, dirigindo toda a atenção e comprometimento para com o filho.

Com esta prática acentua o seu papel na interiorização das disposições sociais em relação ao filho, isto é, aprofunda um relacionamento que por si só já é bastante importante pela morte do cônjuge, e pelo isolamento face ao agregado social de origem.

A deslocação de uma zona agrícola para a cintura industrial da capital conduziu ao isolamento e, por outro lado, ao trabalho intensivo e ao afastamento de homens com quem pudesse reconstituir um novo agregado familiar.

eu comecei pelo princípio por não querer nunca ter ninguém para não lhe dar padrasto. Portanto vivemos sempre os dois...

Trabalhava na escola de manhã, ou à tarde ou à noite, conforme o horário que me era distribuído, e o tempo que não estava na escola a trabalhar, trabalhava em casa na contabilidade.

Nas culturas tradicionais (das quais Portugal ainda retinha alguns traços significativos naquela data), e em certos estratos sociais, as relações conjugais tendiam a caracterizar-se por uma acentuada bipolarização de papéis sociais. O nível de rigidez da instituição matrimonial implicava fortes constrangimentos no sistema de interacção constituído nesse âmbito.

A forma como é referida a *personalidade* do falecido marido pode ter contribuído para, julgamos, uma perda de confiança social (Giddens, 2002) noutros possíveis

pretendentes a esse lugar. Uma nova *subordinação* indesejada na relação conjugal poderá estar na base da decisão voluntária de manter a família monoparental (Wall, 2004: 51). Como igualmente expõe o filho David:

o meu pai era uma pessoa à moda antiga (...) uma pessoa com muita disciplina (...) para o meu pai uma mulher não era suposto trabalhar, era quase como que uma vergonha o homem não ser capaz de sustentar a casa.

De outra perspectiva, o simbolismo que representava o matrimónio como instituição quase sagrada, e para toda a vida, induzia para o recolhimento da viúva nas relações públicas, principalmente com outros homens, e o respeito pela recente nova condição social.

Qualquer que seja o caso, o estereótipo da assimetria de papéis sexuais na estrutura familiar está bem vincado nesta concepção. O lugar da mulher seria em casa a cuidar das tarefas domésticas e dos filhos, caso existissem. A actividade profissional feminina constituiria um acaso justificado, apenas e só, numa situação de carência grave na subsistência do agregado doméstico, ou outra fatalidade, como foi o caso da morte do marido (“era quase como que uma vergonha o homem não ser capaz de sustentar a casa”).

Anália Torres (1996, pp. 79-80), no seu estudo sobre o aumento do divórcio em Portugal, associa este tipo de concepção sobre a família ao “casamento-instituição”. Este, de acordo com a autora:

“Caracteriza-se, nos seus traços essenciais, pela existência de escassos recursos de capital económico, escolar e social; pela dependência socioeconómica da mulher face ao marido e face à própria instituição; por um modelo normativo rígido no plano da divisão sexual dos papéis, que confere à mulher o lugar exclusivo de dona de casa e mãe e ao homem o do sustento do lar (...)”.

No caso que observámos, as características socioeconómicas da entrevistada começam a alterar-se aquando da viuvez. A inclusão na vida activa para a angariação

de recursos económicos permite uma maior independência individual e social, tendencialmente não existente no grupo de mulheres que casaram com aqueles atributos e naquele contexto social e cultural.

Mesmo após alguns anos da morte do cônjuge alude a uma breve relação amorosa com outro homem, mas no sentido de alguma minimização da sua importância na sua vida. Não obstante o reconhecimento da tentativa de restabelecer relacionamentos afectivos posteriores, aparenta continuar a existir uma sobreposição do relacionamento filial que assume o foco principal na sua vida:

entretanto comecei, conheci um médico, com quem eu tive um, um *relacionamento pequeno, não foi assim nada de*, mas que ele adorava o David. Portanto que ele muito inteligente, e gostava muito do David, inclusivamente iam os dois fazer *Windsurf* sozinhos...”

A inserção de um novo elemento masculino no contexto da sua vida pessoal e social obedece a determinadas condições de *confiança*, que complementam a reconhecida importância fulcral do relacionamento filial. É admitido o refazer da vida afectiva e amorosa, mas com o pressuposto da aceitação do filho por parte do agente exterior (“...mas que ele adorava o David”). Parece existir um acordo contratual nessa relação onde o homem já não é o patriarca, digamos assim, mas um parceiro não só afectivo mas, literalmente, de negócios:

Entretanto eu fiquei, fomos sócios da clínica de (...) a primeira clínica, fui eu que montei com o médico. Éramos sócios. Entretanto o David trabalhou lá, trabalhou lá nas férias quando deixou de ir para o Alentejo.

Os ascendentes de Helena residiam em meio rural, aliás, de onde é oriunda. A venda de um terreno no Algarve possibilita a compra e investimento numa clínica de medicina, tornando-se sócia. Isso garantirá meios financeiros suficientes para viver uma vida relativamente desafogada, solidarizando-se, simultaneamente, com os pais:

Os meus pais eram muito pobres. Era eu que ajudava... eu que fiquei viúva,

trabalhava dia e noite e ainda era eu que os ajudava. O meu pai, a minha mãe eram muito pobres...os meus irmãos também eram muito pobres, mais pobres que eu.

Sendo uma jovem adulta aquando da morte do marido, isso proporcionava-lhe um horizonte de oportunidades que a família de origem não lhe garantia. Não apenas pela zona geográfica (Alentejo) ter muito menos recursos disponíveis a nível de oferta de empregos e outras infra-estruturas sociais e culturais, mas, possivelmente, pela hipótese de libertação dos vínculos do passado e da construção de uma nova identidade social.

Ora, estes processos num contexto de mudança social irão ter profundos efeitos na sua vida e na do descendente. A estratégia da manutenção de uma vida centrada na família monoparental (mantendo, todavia, as referências afectivas e simbólicas dos progenitores), e na actividade laboral potenciou o desenvolvimento enquanto ser individual e autónomo.

Estas transformações sociais espelham tendências civilizacionais mais vastas, conforme nos diz Jean-claude Kauffman (2003: 33), no seu estudo sobre a ambivalência dos processos de *individualização* feminina nas sociedades contemporâneas:

“O movimento de individualismo na vida privada tomará outras vias, mais discretas, contornando, sem a atacar, a instituição matrimonial. A perturbação não virá de uma contestação radical, mas sim do lento movimento do quotidiano, sobretudo do quotidiano das mulheres que, empenhando-se no trabalho, descobrem a autonomia. E que já não hesitam em avaliar de modo crítico aquilo que o casamento lhes pode trazer. Não basta casar-se: o futuro cônjuge deve poder dar-lhes uma vida realmente melhor”.

Com o afastamento dos pais e o condicionamento voluntário na escolha de eventuais companheiros conjugais, numa vida ocupada pelo trabalho e pelo comprometimento com a educação e orientação do filho, assistimos a um processo de *individualização*, sinal da modernização tardia na sociedade portuguesa.

O deslocamento do agente para uma maior autonomia e liberdade face às estruturas familiares de origem e as matrimoniais conduz a uma fixação relacional e emocional no descendente. Queremos com isto dizer que, na nossa óptica, se verificou uma disponibilização radical, uma profunda *disposição afectiva e emocional*⁷ para a relação social com o filho. Esse sistema de disposições sociais materializa-se nas práticas de reprodução e reincorporação dos valores de *confiança* perdidos nas relações sociais fora desse âmbito, nomeadamente, face a outros homens e ao *Outro* generalizado:

naquela altura não havia prerrogativas para quem tivesse filhos pequenos, *as pessoas era más e continuam a ser más infelizmente...*

É assim, também tenho alguns amigos, poucos, porque *não sou dada a grandes amizades*. Ser amiga, mesmo amiga e pronto, foi, gosto de ajudar as pessoas quando me pedem ajuda, ajudo de boa vontade, *mas daí até ser minha amiga vai um bocado*.

Claramente se constata que existe uma demonstração de retraimento face ao eventual estabelecimento de relações sociais fora do espectro familiar. Isso não significa, todavia, que esse tipo de relações não exista, pois são prontamente admitidas, mas apenas com considerável significado e garantia de *confiança*.

Revivalismo, confiança e direitos

A *disposição social* que atrás referimos visa a revitalização dos laços sociais de segurança e confiança (Giddens, 2002, pp. 80-87), e das memórias do passado materializadas na relação filial. Isto acontece na forma de uma relação que poderíamos designar de exclusividade com o filho. Queremos dizer com isto que o *espírito revivalista* tende a enaltecer e a atribuir um estatuto de essencialidade a determinados objectos, relações sociais ou valores. Há um movimento centrípeto, como que uma espécie de orientação para a solidificação de universos imaginados e alicerçados no passado.

⁷ Sobre a importância das “emoções” nos processos e estruturas sociais ver Barbalet (1998).

Estas disposições produzem práticas de opressão associadas a sistemas de razões fundadas numa moral considerada legítima e *natural*, como se fossem justificadas pelos “direitos básicos”⁸ (Barbalet, 1998: 187) que emergem da relação filial. Os efeitos *perversos* dessas práticas encontram-se em excertos como os que se seguem:

não ajuda muito a forma de ser da minha mãe...eu não posso estar muito presente porque ela tenta logo *abraçar a minha vida*, e não posso permitir isso. (David)

a minha mãe *sempre* foi uma pessoa que *sempre quis* as coisas à maneira dela, mas não são as coisas dela, são as coisas dela e as minhas! E *sempre* teve dificuldade em entender que eu também tenho querer. E aquilo que me diz respeito depende do meu querer, não do querer dela. Eu posso ouvi-la, mas não sou obrigado a segui-la, e pronto, a minha mãe tem muita dificuldade em aceitar isso, *sempre teve* (...) (David)

ela tenta sempre querer decidir por mim. A minha mãe, ainda às vezes, ainda não consegue entender que eu sou um homem, que tenho 36 anos, que sou pai, que tenho responsabilidade de pai, e que tenho casa própria, e que me auto sustento, e que, é pá, ela perdeu todo o tempo que eu era filho. Infelizmente eu meti-me por outros caminhos e ela não teve essa oportunidade de ser mãe a sério. (David)

Aquelas acções, retratadas pelo David, não deixam de ser demonstrativas da força do exercício materno, e do estatuto de autoridade *próprio* das fases iniciais nas relações entre mães/pais e filhas/filhos. Mas, quando falamos de um indivíduo com 36 anos e socialmente emancipado, dir-se-á que são práticas de *dominação tradicional*⁹ algo “desajustadas à realidade”. Por outro lado, existiram durante *toda* a trajectória social da agente, o que vai no sentido da corroboração da nossa análise, ou seja, a hipótese da penetrante *incorporação* dos processos primários de socialização nos agentes protagonistas da mesma, e não só nos socializados.

Não é só o filho que se encontra no espectro de alcance do *espírito revivalista*. Todos os que com ele se relacionam são seus potenciais objectos e caem na alçada dessa

⁸ Para Barbalet, “A detenção de um direito é a concretização de uma reivindicação realizada perante outros e por eles aceite”.

⁹ Sobre o tipo de *dominação tradicional*, ver Weber transcrito em Manuel Braga da Cruz (2001: p. 685 e seguintes).

*mentalidade*¹⁰. Todavia, esse alastramento, de que atrás falamos, manifesta-se igualmente por críticas subliminares e mesmo explícitas a outros agentes que fazem parte da rede de sociabilidade do filho. Por exemplo, algumas considerações sobre o indivíduo que lhe arranjou uma actividade profissional após o cumprimento da pena de prisão:

Ainda por cima, o rapaz, um amigo dele, *que não é amigo* (...) não tenho nada contra o rapaz, mas *acho que ele tem uns modos que não concordo* (...) ele agora tem ido trabalhar aos sábados e o... em vez de pagar horas extraordinárias... dá-lhe dias em vez de pagar as horas...

Defendemos que, *em determinadas circunstâncias*, aqueles processos modelam e condicionam fortemente a vida social dos que socializam, bem para lá desses períodos de interiorização das regras, normas, e morais sociais elementares. Os pressupostos, predominantes nas ciências sociais, de que a socialização primária é um movimento unidireccional de transmissão e formação de um ser humano recém-nascido ou criança num ser social, são simplistas e redutores. Como verificamos, existem importantes e significativos efeitos recíprocos que interessa compreender.

As práticas de controlo, mais ou menos intensivo, dos descendentes são existentes em todas as mães e pais. O que não se afigura regular e habitual em condições de modernidade tardia (Giddens, 2002), julgamos, é um apego com carácter extremo aos filhos que actua de forma a condicionar nitidamente a margem de participação na sociedade, de maneira autónoma, a uma e outra das partes envolvidas.

Já vimos que certas trajectórias sociais de agentes em contextos de significativa transformação societal podem revelar o social através do individual, isto é, a *individualização* feminina num caso de migração de uma zona rural para uma zona metropolitana. Essa situação favorece o desenvolvimento do *estado-de-espírito revivalista* conforme o entendemos. Veremos a seguir como esse revivalismo se expande noutras direcções.

¹⁰ Segundo Swedberg (2002: 249), Weber também usa o termo “mentalidade” como sinónimo de “espírito” (*geist*), sendo este, supõe-se, uma analogia voluntária com a religião. Nos seus últimos trabalhos, Weber traduz *espírito* primariamente nas categorias de “motivação económica” e “ética económica”, ao que se devem acrescentar “estilo de vida” e *ethos* (traduzido livremente do inglês).

Um outro exemplo das *disposições elementares* que temos vindo a fazer referência situa-se no período da adolescência do filho. Perante um atraso do David na chegada a casa verificam-se reacções deste tipo:

ele não veio directamente para casa (...) entretanto tinha para aí uma rapariguita (...) Eu estava fora de mim! Fora de mim! Estava na rua, já tinha telefonado para a polícia para saber se tinha havido algum acidente. Quando ele sai dentro do carro à porta, olhe eu estava tão irritada que lhe dei um estalo! E disse tu! E a mãe (da rapariga) disse, “ah, eu...”, e eu disse: “*ah, a senhora vá-se mas é embora, tem ainda menos juízo que esta criança!... Olhe, desapareça!*”.

Esta descompostura na mãe da “secreta namorada” adolescente do filho evidencia uma reacção agressiva, de ultra protecção, e demonstra como as disposições sociais maternas se estendem larga e efusivamente para o exterior daquela relação social.

Contudo, podemos admitir que esta é uma reacção normal de qualquer mãe ou pai, a da defesa dos descendentes perante conjunturas ou situações percebidas como perigosas. Mas quando se prolonga por longos períodos de tempo, arrastando com ela agentes, relações sociais e mesmo instituições¹¹ não deixa de ser disfuncional, e gerar consequências de monta. David ilustra bem como é realizada a apreciação geral da mãe à sua cónjuge:

a minha mãe tem muito a tendência a fazer comentários depreciativos, que atingem a minha mulher. E eu não gosto de ouvir isso, como é óbvio, não é? (...) e está sempre, uma picadela daqui, uma picadela dali, e eu, é pá, até posso estar enganado, isto pode mudar algum dia, mas quando ela começa eu até já sei onde vai acabar, e então corto um bocado, e então, pronto, não permito.

¹¹ Pensamos na instituição familiar do filho, e no exemplo da técnica da Segurança Social manipulada pela Helena, como adiante veremos, para encetar um processo civil visando a regulamentação do “poder paternal” do neto.

Alvos morais, toxicodpendência e prisão

Actualmente, a nora Cláudia constitui-se como uma espécie de objecto de discriminação ligada às situações passadas da toxicomania e prisão do filho. Por outro lado, consegue-se detectar isso não só naquelas situações, mas a todos os níveis da relação conjugal. As distinções realizadas vão no sentido da existência de um agente corruptor das características *maravilhosas* do filho. Conforme nos refere Helena:

Ela foi a culpada de ele ser preso. Ela e ele, os dois, não foi só ela (...)

quando ele esteve internado a fazer o tratamento ela fez uma dívida de cento e tal contos na *porticlasse*. Ele veio de lá, trabalhou para pagar a dívida. Agora quando ele esteve lá em Setúbal (no Estabelecimento Prisional Regional), por isso é que eu digo que ele está doente (...), ela fez uma dívida de 200 contos na *tv cabo*! Que ele tem estado a pagar. E devia mais, não sei se eram 50 contos ao..., aquele para quem trabalha. Então acha que aquele homem está bom da cabeça para estar a viver com uma mulher que faz estas coisas? Então o homem está na prisão e faz isto? E estas são as que sei, fora algumas que não sei (...)

eu acho que o meu David, quando saiu do tratamento, se tivesse separado daquela rapariga ele tinha voltado ao seu normal, com o tempo, não é? Ao seu equilíbrio. Tanto que ele disse-me que queria voltar a estudar, que me tinha prometido e portanto que ia cumprir, e etc., etc., e tanto que como ele esteve na Câmara parecia outro, porque chegava quando terminava, pronto com as pessoas com que ele se estava habituado a dar (...)? *Era o David do antigamente*. Agora não.

As representações negativas atrás enunciadas produzem um estado de tensão *emocional*, e corroem consideravelmente o sistema de interacção entre todos os agentes que o compõem. O exercício de uma argumentação que desacredita o *outro* opera uma estratégia de luta deslegitimando o estatuto social da cónjuge do filho.

Como salientámos na introdução deste trabalho, uma trajectória marcada por uma toxicomania e posteriormente por uma condenação penal apartaram o filho e

provocaram danos significativos na relação entre os dois. Se a relação filial se constituía como suporte elementar da vida de Helena, esse tipo de acontecimentos aprofundaram ainda mais a lacuna e clivagem entre o ideal do objecto amado e a realidade.

Verificámos que o contexto social e histórico onde Helena se movimentou é caracterizado por uma individuação e pelo desenvolvimento de uma *forte* relação com o filho. A toxicoddependência e a prisão do mesmo traduziram-se em sentimentos de *culpa* e *vergonha*, e, paralelamente, numa nova procura de razões para esse drama. As palavras que se seguem vão nesse sentido:

os pais às vezes não querem ver. Eu penso que o mal dele todo, o que foi pior, foi ele ir para a aviação (...) Só quando lá veio a casa uns amigos, lá da força aérea, é que eu não gostei do aspecto (...) E acho que o problema começou acentuado lá! Não quer dizer que antes não tivesse havido qualquer coisa

Afectou muito (...) a primeira coisa que eu fiz foi afastar-me das pessoas...

As visões comuns, ou institucionalmente construídas¹², sobre os fenómenos de carácter *anómico* da desagregação dos valores sociais (Durkheim, 1992), e de ameaça à ordem social e aos “bons costumes”, tendem a ser abordados de formas significativamente fechadas ou à laia de *segredo social* (Simmel, 2004). Referem-se a temas que os agentes se mostram muitas vezes reticentes em abordar pelo *estigma* social que transportam. É isso que se passa com a toxicomania e prisão que o David foi testemunha, repercutindo-se no relacionamento materno.

Um novo e deliberado isolamento social da Helena caminha a par da negação (“os pais às vezes não querem ver”), e da explicação através de causas exógenas, sejam elas institucionais ou os “amigos”.

Isso gerou uma vaga de acusações, sendo a nora o alvo privilegiado do infortúnio do filho. A censura moral é fundamentada na medida em que existe uma permissividade

¹² Seja pelo Estado, pelos meios de comunicação social ou pelos indivíduos.

e uma motivação “interessada” da Cláudia que permite a coexistência entre a toxicodependência do David e os descendentes, conforme nos revela Helena:

Ela foi lá à escola com o miúdo (neto da Helena), e eu disse: “se ele (o David) não se trata eu levo o miúdo, vou ao tribunal e peço o miúdo, eu já tenho casa no Alentejo...

Como é que uma mãe, que é mãe, consegue ter três filhos, com o pequenino quatro, a viver com uma pessoa daquelas, agressiva! Em que pronto! Era só por dizer que eu pagava a água, pagava a luz e tinha uma casa e levava muitas vezes comida! (...). É isso que eu não consigo encaixar na minha cabeça. Não consigo, não encaixo isso! Como é que aquela rapariga era capaz de sujeitar aquelas crianças àquilo todos os dias, todos os dias, foram anos! Foram anos!

O tom inflamado de indignação moral evoca concepções *naturalistas* e culturais (“uma mãe que é mãe”). As acções de falta de compromisso com valores quase sagrados, como o papel materno tão valorizado neste caso de *espírito revivalista*, são vigorosa e fervorosamente criticados. Mas destaca-se, sobretudo, uma ameaça institucional para retirar o neto da guarda da mãe.

durante a prisão do David, a minha sogra requereu a regulação paternal do meu filho Jorge, pelas minhas costas (...) soube que tinha sido ela que estava por trás de tudo. (Cláudia)

Nunca, nunca, nunca... nem hoje, passados estes anos todos, eu não consigo ter uma conversa com a mãe do David. Com o padrasto ainda tenho. Ele também foi colocado à parte, não é? Também não é pai... e consigo falar, às vezes conversamos, mas com ela não... (Cláudia)

Porque ela não me aceita. Nunca me aceitou. Não me vai aceitar nunca (...). Por aquilo que ela me diz... eu que tenho estado ao lado dele estes anos todos, a aguentar sozinha com aquilo... eu que nunca me meti em drogas, eu que sempre trabalhei, eu que mal ou bem consegui que ele entrasse para uma recuperação [da toxicomania], e eu que sou a pessoa que não devia estar ao lado do David...eu não consigo entender, eu até hoje ainda não consigo entender... (Cláudia)

O sentimento de exclusão expresso pela Cláudia é sintomático da barreira criada pelo espírito revivalista. A dificuldade na interação entre estas duas mulheres deriva de uma parte que se arroga como moralmente superior, e exerce uma coerção social afastando a possibilidade do desenvolvimento da relação. Este facto fará com que o seu filho se afaste ainda mais, assumindo a importância do seu agregado doméstico e conjugal, aprofundando a distância relativamente à mãe.

Já havíamos referido, anteriormente, que um dos componentes do estado-de-espírito *revivalista* era um sistema normativo muito marcado por *razões* tradicionais (deveres conjugais, as tarefas domésticas e a criação e educação dos filhos, por exemplo). No entanto, quando é orientado para práticas consideradas não coincidentes com esse sistema de razões, defende veementemente essa “falta” à ordem moral encarada como totalmente justificada¹³. Queremos com isto dizer que a evocação de razões morais funciona como um poderoso constrangimento no estabelecimento de determinadas relações sociais. Vejamos alguns exemplos:

Ela estava lá em casa, e não cuidava dos filhos! Era o miúdo mais novo que fazia comer, e ela estava deitada na cama...

ela, a Cláudia, nunca teve cuidado com as crianças (...) Sim, sim, ela não tratava da higiene da criança, não. Ah por exemplo, o biberão, às vezes eu via o biberão dele metia nojo, e não sei como é que a criança resistia tanto, portanto, desde que ela estava com auxílios da segurança social, porque servia-se dele para receber a assistência da segurança social.

Quando questionada sobre “o papel da cónjuge na vida do filho” avulta uma visão extremamente crítica.

Muito mau. Muito mau! O papel dela na vida do David foi ter casa para ela e para os filhos. Para ser vista com o David e comigo.

¹³ Ver Barbalet sobre a emoção do “ressentimento”.

Considerações deste tipo são recorrentes no discurso de Helena. É como se a perda das assinaladas referências morais e éticas constituíssem uma desqualificação de um ideal *encantado* e pequeno burguês, para um sentido oposto, como um diabolismo do *outro* através de um discurso extremamente moralizante.

Defende-se a existência de uma inversão moral das práticas e dos padrões éticos conduzindo ao delapidar da concepção reificada do filho – mal influenciado pela Cláudia – e das representações sociais deste tipo.

Este *estado-de-espírito* inclina-se a ver o mundo a “preto e branco”, isto é, como se não houvesse meio-termo ou zonas de continuidade. Nele as pessoas são claramente amigas ou inimigas; as acções são boas ou más. Dispõe-se a erigir fronteiras inflexíveis em torno de concepções idealizadas e assentes na memória social, valorizada enquanto referência *essencial*, isto é, pensada como pura, quase como sagrada.

O reviver de imagens ultrapassadas no tempo e sem correspondência real à actualidade é um instrumento de recusa da mudança social. Esta provoca tensão quando não são cumpridas as *paixões* dos desígnios almejados para o seu objecto intensamente amado, neste caso, um filho.

Diríamos que, face à mudança social que escapa a esses parâmetros imaginários, gera práticas desadaptadas à realidade contribuindo para a formação de um padrão de relações sociais e afectivas caracterizadas por um alastramento de tensões sociais extensíveis ao agregado doméstico do descendente.

6 – CONCLUSÃO

Como tivemos oportunidade de observar na personagem de Helena, o *espírito revivalista* é pautado por uma construção simbólica para reintroduzir o sentido dos valores e práticas profundamente arreigadas nos processos de socialização primária.

Este pressuposto tem um já longo percurso na teoria sociológica para assinalar a importância fulcral dos contextos e processos sociais das relações entre os agentes. Vários autores teorizaram sobre esta temática. Para referir alguns, Émile Durkheim e Ferdinand Tönnies, passando por Peter Berger e Thomas Luckmann, chegando a Pierre Bourdieu (2002: 163), que consolidou o processo sobre o famoso conceito de *habitus*, “...sistemas de *disposições* duradouras, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como tal, ou seja, enquanto princípio de geração e estruturação de práticas e representações (...)” (itálico no original).

É pois necessário reformular e avaliar em que medida as socializações primárias interferem, e de que formas distintas, no complexo de determinadas relações e contextos sociais.

O *espírito revivalista* procura representar aqueles sistemas de *disposições sociais* que coexistem com a modernidade, mas que são próprios de contextos onde tendia a existir um apertado controlo social. Esse controlo social, mais característico de geografias rurais tradicionais e comunitárias, reproduz os padrões morais e *mentalidades* que privilegiavam a coesão social e a extensa partilha de normas e valores. Características tais que, segundo Durkheim, representavam uma diminuição no espaço dos agentes sociais para a sua individualização, isto é, a sua afirmação e diferenciação face à comunidade.

Paradoxalmente, ao assistirmos a um processo de individuação vemos, através das palavras de Helena, como se pode manifestar um revivalismo com traços de significativo controlo social. A tendência do *espírito revivalista* para a manutenção dos laços sociais com a geração descendente, no nosso caso, valoriza uma visão tradicionalista das práticas sociais.

No *espírito revivalista*, todavia, coexistem componentes tradicionais e modernos derivados dos processos e contextos sociais anteriormente descritos. Seria redutor restringir e afirmar que o *revivalismo* contém apenas elementos tradicionais. Não há uma ruptura radical e total que possamos falar, mas um deslocamento e uma fluidez entre ambos os elementos tradicionais e modernos.

Anthony Giddens (2002: 3) salientou as “descontinuidades” da modernidade, processualmente interpretadas como *ritmo da mudança, alcance da mudança e a natureza das instituições sociais*: “os modos de vida que a modernidade fez nascer arredam-nos de *todos* os tipos de tradicionais de ordem social, de uma forma sem precedentes (...)”, e, por outro lado, defende que: “Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, nenhum deles sendo talhado numa peça única, e é bem sabido como pode ser enganador contrastá-los de forma demasiado grosseira” (itálico no original).

Para o que importa em relação ao *espírito revivalista*, surgem ambos os elementos, ou seja, existe descontinuidade (exemplificada no afastamento do modo de vida dos pais, na individuação e isolamento emocional da vida moderna após a morte do marido), mas existe, também, uma continuidade que se manifesta nos valores tradicionais de regulação das práticas sociais (a tentativa de controlar a vida do filho através da nora, do neto, e da crítica ao modo de vida da nora).

Esta asserção clarifica-se no exemplo da recorrência a técnicos periciais (neste caso técnicos terapeutas, por exemplo aos psicólogos e psiquiatras) como *confiança* e *segurança* nos “sistemas abstractos”, mas, por outro lado, uma recusa da emancipação (do filho) que parece ter laivos de tradicionalismo cultural.

O *espírito revivalista* é tradicional no sentido de conservador dos valores e crenças vigorosamente defendidos, espoletando um tipo de práticas eminentemente tradicionais onde os indivíduos não têm espaço para a liberdade individual. *Nele*, o grau de extensão da regulação das práticas visa disciplinar marcadamente o pensamento e o comportamento de uma forma quase total.

No mesmo sentido que António Dores (2003c: 67), o *espírito revivalista* partilha das condições conservadoras, isto é, vincula-se a sistemas simbólicos de orientação na sua conduta: “Tipicamente conservador, o espírito proibicionista tem dos sistemas de razões normativos uma concepção dogmática e eventualmente convicta.”

A organização do *espírito revivalista* em torno de eixos de significado moral e de práticas sociais simulatórias assenta numa fragmentação *emocional* dos laços familiares engendrando, neste caso, uma considerável actividade profissional.

Tendencialmente muitas das organizações laborais das sociedades contemporâneas, nomeadamente as burocráticas, são de carácter frio e impessoal, não fornecendo suportes emocionais estáveis para uma significativa satisfação emocional, como acontece com as relações familiares. A disponibilização para o mundo do trabalho não significa, necessariamente, uma fragilização das relações emocionais familiares, podendo mesmo visar a melhoria dessas relações. Contudo, são dois níveis de existência distintos, mesmo que eventualmente paralelos. Poder-se-ão estabelecer ligações ao trabalho com contornos mórbidos, nomeadamente compulsões¹⁴, nas chamadas carreiras profissionais como forma de valorização do *self* que podem ter efeitos prejudiciais à vida pessoal, familiar e social.

Esta ideia suscita a definição da “relação de fixação” concebida por Anthony Giddens (2001b: 63). Exemplos da difusão dessa “relação de fixação” são as passagens da entrevista onde se confessam coisas relativas ao neto, *mediador* do fenómeno, como:

Hoje já me telefonou, para ele ir para o Alentejo. Não passa sem ele! E eu acho que ela desconta nele aquilo que não consegue ter comigo. (David)

E portanto, tenho que viver com a minha realidade, e a minha mãe tem que viver com a realidade dela. E depois é assim, ela agora está reformada, tem um vazio na

¹⁴ Nos E.U.A. existem grupos de auto-ajuda para “viciados” no trabalho, os chamados *Workaholics Anonymous*.

vida dela, pronto, que está a preencher com o meu filho, por vontade própria da vida dela (...) (David)

“...a minha mãe sente muito a minha falta e pensa que quando eu regresso, eu regresso para ela. Eu não regresso para ela, eu regresso para a vida. Portanto, eu regresso para a vida quando larguei a droga, não é? Não foi para ela que eu regresso. Eu regresso para a vida! E na vida tenho um local, um lugar meu, destinado. Que é no seio da minha família ao lado da minha mulher, junto dos meus filhos. Não é ao lado da minha mãe (...), e quando fui preso foi igual, quer dizer, ela ajudou-me bastante...levava-me algum tabaco...o que podia ajudar... E quando regresso fiquei novamente com essa sensação. Acho que ela estava sempre à espera que eu regressasse para ela, e eu nunca regresso para ela. Regresso sempre é para a vida”. (David)

Ou a Helena quando se remete às suas memórias e presente do filho:

Ele não mente, ainda hoje acho que ele não mente, pode omitir, pode não dizer, mas assim mentir deliberadamente não.

Eu gostava que ele tivesse uma vida, que fosse feliz! Gostava que ele olhasse para ele e que passasse, *que fosse realmente como é que ele era...*

O *revivalismo* serve para descrever e interpretar aquelas situações e cenários sociais onde saudosismos exagerados condicionam agentes sociais e manipulam instituições induzindo, eventualmente, consequências sociais *perversas*. Só se poderá compreender *realmente* o estado-de-espírito revivalista na medida em que se realize uma análise das condições históricas de onde emerge em confronto e articulação com os processos e contextos sociais presentes onde se apresenta.

O *espírito revivalista* liga-se, neste caso, a sentimentos de solidão e de culpa que desencadeiam reivindicações face a danos considerados como fundamentais para a vida social. É como se espoletasse uma exclamação do sacrilégio *terrível* de algum valor sagrado, através de uma narrativa de um determinado processo destrutivo, e a luta para uma reparação ou reconstituição social, emocional, institucional ou

simbólica dessa(s) ofensa(s).

Esses *sentimentos* geram esforços formais e informais para readquirir poder e controlo sobre situações das quais não se tem legitimidade institucional mesmo expressando uma moral pequeno burguesa¹⁵ (na situação observada, a idade e emancipação social do filho, mesmo com os graves percalços da toxicod dependência e prisão).

Em suma, queremos afirmar que, nas informações recolhidas, detectámos o que parece ser um apego pessoal e social com a relação materna e o ente familiar com um carácter considerado *prodigioso*.

Esta relação é de extremo ancoramento social e emocional, tendendo a produzir práticas de controlo exagerado, porque se verificam durante toda a relação social com o filho, independentemente dos comportamentos desviantes verificados e do seu crescimento etário.

A Helena não deixa que o filho e o seu agregado doméstico sejam autónomos, participem livremente na sociedade e definam os seus caminhos pessoais, pois tece uma trama moral e práticas repressivas, por exemplo, como a ameaça com o poder judicial, e os jogos com a Segurança Social e a instituição escolar.

Estas *disposições* revelam-se mais claramente quando o neto se torna no factor mediador de uma luta empreendida para a “reconquista” da imaginada e desejada legitimidade institucional perdida em condições dramáticas. Referimo-nos à constituição de uma relação do tipo matrimonial pelo filho, escapando assim ao revivalismo da mãe.

¹⁵ Pierre Bourdieu (2006: 177) faz um comentário assaz sarcástico à “pequena burguesia” ascendente quando *lhe* imputa “ (...) disposições estritas e estreitas, rigorosas e rígidas, regulamentadas e repressivas”.

BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLO, Luc *et al* (1995, 1997), *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- ALBERONI, Francesco (1989), *Génese*, Lisboa, Bertrand Editora.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (2004), “Toward a Theory of Cultural Trauma”, em ALEXANDER *et al*, *Cultural Trauma and Collective Identity*, Berkley, California University Press.
- ANDERSON, Benedict (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso.
- BARBALET, Jack M. (1998), “Direitos, Ressentimento e Espírito Vingativo”, em *Emoção, Teoria Social e Estrutura Social: Uma Abordagem Macrossocial*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 185-216.
- BERG, Bruce L. (1998), “An Introduction to Content Analysis”, em *Qualitative Research Methods for the Social Sciences*, Boston: Allyn and Bacon, pp. 223-252 (3.ª Edição).
- BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas (1966, 1999), *A Construção Social da Realidade*, Lisboa, Dinalivro.
- BODEN, Sharon e WILLIAMS, Simon J. (2002), “Consumption and Emotion: The Romantic Ethic Revisited”, *Sociology*, Vol. 36(3): 493-512.
- BOEIJE, H.R. (2004), “And then were three: Self-Presentational Styles and the Presence of the Partner as a Third Person in the Interview”, *Field Methods*, Vol. 16, pp. 3-22.

- BOUDON, Raymond (1995, 1998), *O Justo e o Verdadeiro: Estudos Sobre a Objectividade dos Valores e do Conhecimento*, Lisboa, Piaget.
- BOUDON, Raymond (2004), “The Social Sciences: An intellectual Source of Moral Pessimism”, in *The Poverty of Relativism*, Oxford: The Bardwell Press, pp. 1-13.
- BOURDIEU, Pierre (1989), “Sobre o poder simbólico”, em *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, pp. 8-16.
- BOURDIEU, Pierre (1994, 1997), “Espíritos de Estado: Génese e estrutura do campo burocrático”, e “*O espírito de família*”, em *Razões Práticas: Teoria da Prática*, Oeiras, Celta Editora, pp. 67-101.
- BOURDIEU, Pierre (1997, 1998), “Violência simbólica e lutas políticas”, em *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 145-183.
- BOURDIEU, Pierre (2002, 2000), “Estruturas, Habitus e Práticas”, em *Esboço de Uma Teoria da Prática, Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila*, Oeiras, Celta Editora, pp. 163-184.
- BOURDIEU, Pierre (2001, 2006), *As Estruturas Sociais da Economia*, Lisboa, Campo das Letras.
- BRANTE, Thomas (2001), “Consequências do realismo na construção de teoria sociológica”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 36, pp. 9-38.
- BREINER, Peter (2005), “Weber’s *The Protestant Ethic* as Hypothetical Narrative of Original Accumulation”, em *Journal of Classical Sociology*, Vol. 5(1): 11-30.
- BURGESS, Robert G. (1984, 2001), “Métodos de Pesquisa de Terreno II: As entrevistas como conversas”, em *A Pesquisa de Terreno: Uma Introdução*, Oeiras, Celta Editora, pp. 111-134.

- CASANOVA, José Luís (2004), “Orientações sociais: uma abordagem formalizada às naturezas sociais”, em *Naturezas Sociais: Diversidade e Orientações Sociais na Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora, pp. 1-31.
- CHAVES, Miguel (1999), *Casal Ventoso: da gandaia ao narcotráfico*, Lisboa, ICS.
- CHIAPELLO, Eve (2003), “Reconciling the Two Principal Meanings of the Notion of Ideology: The example of the Concept of the ‘Spirit of Capitalism’”, *European Journal of Social Theory*, pp. 155-171.
- COMFORT, Megan (2003), “In the Tube at San Quentin: The ‘Secondary Prisonization’ of Women Visiting Prisoners”, *Journal of Contemporary Ethnography*, pp. 77-107.
- COMFORT, Megan (2002), “‘Papa’s house’: The Prison as Domestic and Social Satellite”, *Ethnography*, pp. 467-499.
- CRUZ, Manuel Braga da (org.) (1989, 2001), *Teorias Sociológicas I Volume – Os Fundadores e os Clássicos* (Antologia de Textos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3.^a Edição).
- DAMÁSIO, António (1999), *O Sentimento de Si: O Corpo, a Emoção e a Neurobiologia da Consciência*, Lisboa, Publicações Europa-América, (12.^a Edição).
- DAMÁSIO, António (2003), *Ao Encontro de Espinosa: As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*, Lisboa, Publicações Europa-América.
- DORES, António Pedro (2000), “O Novo espírito do capitalismo”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 34, pp. 179-183.
- DORES, António Pedro (2001) “Os estados de espírito, intenções e estigmas”,

working paper do Departamento de Sociologia do I.S.C.T.E.

DORES, António Pedro (org.) (2003a), *Prisões na Europa – Um Debate Que Apenas Começa*, Oeiras, Celta Editora.

DORES, António Pedro (2003b), *Proibicionismo e Anomia – uma apresentação do conceito estados-de-espírito*, provas de agregação, Lisboa, I.S.C.T.E.

DORES, António Pedro (2003c), *Espírito proibicionista*, manuscrito.

DORES, António Pedro (2004a), “Estados de espírito e instituições sociais”, manuscrito.

DORES, António Pedro (2004b), “Anomia em Durkheim – entre a sociologia e a psicologia prisionais”, comunicação a *Jornadas de Estudos Penitenciários*, organizadas por Paulo Pinto Albuquerque e pela Faculdade de Direito da Universidade Católica, Lisboa, dia 7 de Maio de 2004.

DORES, António Pedro (2005), “As modernas formas elementares de vida. Estudos sobre prisões e não nacionais”, *Working Paper*, C.I.E.S./I.S.C.T.E., Setembro 2005.

DURKHEIM, Émile (1992), *O Suicídio*, Lisboa, Ed. Presença (5.^a Edição).

DURKHEIM, Émile (2001), *Sociologia, Educação e Moral*, Porto, Rés-Editora (2.^a Edição).

DURKHEIM, Émile (1912, 2002), *As Formas Elementares da Vida Religiosa: O sistema totémico na Austrália*, Oeiras, Celta Editora.

DURKHEIM, Émile (1895, 2004), *As Regras do Método Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença (9.^a Edição).

- ELIAS, Norbert, (1987, 1993), *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote (1.ª Edição).
- FODDY, William (1993, 1999), *Como Perguntar: Teoria e Prática da Construção de Perguntas em Entrevistas e Questionários*, Oeiras, Celta Editora.
- GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (1977, 1997), *O Inquérito. Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora. (3.ª Edição).
- GIDDENS, Anthony (1990, 2002), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora (4.ª Edição).
- GIDDENS, Anthony (1991, 2001a), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora (2.ª Edição).
- GIDDENS, Anthony (1992, 2001b), “O significado sociológico da codependência”, em *Transformações da Intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora, pp. 61-76.
- GOFFMAN, Erving (1963, 1980), *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GOFFMAN, Erving (1999), *Os Momentos e os seus Homens*, Lisboa, Relógio D'Água.
- GOLEMAN, Daniel (1995, 2001), *Inteligência Emocional*, Lisboa, Temas e Debates (10.ª Edição).
- HENRIQUES, Aníbal M. P. e LIMA, Maria Luísa (2003), “Estados afectivos, percepção do risco e do suporte social: A familiaridade e a relevância como moderadoras nas respostas de congruência com o estado de espírito”, em *Análise Psicológica*, 3 (XXI): 375-392.

- HIRSCHMAN, Albert O. (1977, 1997), *As Paixões e os Interesses: Argumentos Políticos para o Capitalismo antes do seu triunfo*, Lisboa, Bizâncio.
- KAUFMANN, Jean-Claude (1999, 2003), *A Mulher Só e o Príncipe Encantado*, Editorial Notícias, Porto.
- MARX, Karl (1989, 2001), “Manifesto do Partido Comunista” em CRUZ, Manuel Braga da (org.) *Teorias Sociológicas I Volume – Os Fundadores e os Clássicos* (Antologia de Textos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3.^a Edição), pp. 61-71.
- NAKKEN, Craig (1988, 1996), *A Personalidade Adictiva*, Sintra, (ATT) Associação para o Tratamento das Toxicodependências.
- O’NEILL, J. (2002), “Marcuse’s Maternal Ethic: Myths of Narcissism and Maternalism in Utopian Critical Memory”, *Journal of Classical Sociology*, Vol. 2(1): 5-24
- PARKIN, Frank, (1982, 1996), “Crenças e Acção Social”, em *Max Weber*, Oeiras Celta Editora, pp. 23-51.
- POIRIER, *et tal* (1983, 1999), *Histórias de Vida: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora (2.^a Edição).
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1995, 1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva (2.^a Edição).
- RAPLEY, Timothy John (2001), “The art(fullness) of open-ended interviewing: some considerations on analyzing interviews”, *Qualitative Research*, Vol. I(3): 303-323.
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (1986, 1999), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento (10.^a Edição).

- SIMMEL, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa, Relógio D'Água.
- SIMON, Jonathan (2000), “The 'Society of Captives' in the Era of Hyperincarceration”, in *Theoretical Criminology*, Vol. 4(3), pp. 285-308.
- SPOHN, Wilfred (2003), “Multiple Modernity, Nationalism and Religion: A Global Perspective”, *Current Sociology*, Vol. 51(3/4): 265-286.
- SWEDBERG, Richard (2002), “The Economic Sociology of Capitalism: Weber and Schumpeter”, *Journal of Classical Sociology*, Vol. 2(3): 227-255.
- TÖNNIES, Ferdinand (2001) “Comunidades e Sociedade” e “Vontade Essencial e Vontade Arbitrária”, em CRUZ, Manuel Braga da (org.), *Teorias Sociológicas I Volume – Os Fundadores e os Clássicos* (Antologia de Textos), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3.^a Edição), pp. 511-528.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos: uma Análise Sociológica*, Oeiras, Celta Editora.
- TORRES, Anália e GOMES, Maria do Carmo (2002), *Drogas e Prisões em Portugal*, Lisboa, CIES / ISCTE.
- TURNER, Bryan (2004), “Fundamentalism, Spiritual Markets and Modernity”, *Sociology*, Vol. 38(1): 195-202.
- WACQUANT, Loïc (1999, 2000), *As prisões da Miséria*, Oeiras, Celta Editora.
- WACQUANT, Loïc (2002a), “From Slavery to Mass Incarceration”, *New Left Review* 13, pp. 41-60.
- WACQUANT, Loïc (2002b), “The Curious Eclipse of Prison Ethnography in the Age

of Mass Incarceration”, *Ethnography*, Vol. 3(4), pp. 371-397.

WALL, Karin (2003), “Famílias Monoparentais”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 43, pp. 51-66.

WEBER, Max (2001), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Editorial Presença (5.ª Edição).

YOUNG, Jock (1999), “Cannibalism and Bulimia: Patterns of Social Control in Late Modernity”, *Theoretical Criminology*, pp. 387-407.

Documentos electrónicos

CONSELHO DA EUROPA (2003), “SPACE I – Annual Penal Statistics of the Council of Europe”, acessado 10.02.2005 em: http://www.coe.int/T/E/Legal_affairs/Legal_co-operation/Prisons_and_alternatives/Statistics_SPACE_I/List_Space_I.asp

HAMEL, Jacques (1993), “The case study in sociology: the contribution of methodological research in the French language”, *Canadian Review of Sociology and Anthropology*, em: <http://www.crsa.icaap.org/content/archives/30-4/30-4Hamel.pdf>, acessado a 17 de Setembro de 2004.

PROVEDOR da JUSTIÇA (1996, 1998, 2003), “Relatórios do Provedor da Justiça sobre o Sistema Prisional”, em <http://www.provedor-jus.pt/publicacoes/>, acessados a 18 de Setembro de 2004.

SWEDBERG, Richard (2004), “Tocqueville and the Spirit of American Capitalism”, *Working Paper #23*, acessado no dia cinco de Junho de 2005 no endereço URL: http://www.economyandsociety.org/publications/wp23_swedberg_tocqueville04.pdf.

Sites consultados

DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS, em <http://www.dgsp.mj.pt/>

I.D.T. (Instituto da droga e da toxicoddependência), em <http://www.drogas.pt/id.asp?id=p1>

INTERNATIONAL CENTRE FOR PRISON STUDIES, em http://www.kcl.ac.uk/depsta/rel/icps/portugese/pagina_inicial.html

OBSERVATÓRIO EUROPEU DA DROGA E DA TOXICODPENDÊNCIA, em http://europa.eu.int/agencies/emcdda/index_pt.htm

OBSERVATÓRIO PERMANENTE DA JUSTIÇA PORTUGUESA, em http://europa.eu.int/agencies/emcdda/index_pt.htm

PRISON OBSERVATORY, em <http://www.prisonobservatory.org/>

Colóquios e Seminários

“Colóquio de Antropologia: A prisão, a psiquiatria e a rua” realizado nos dias 6 e 7 de Junho de 2005 no ICS, com Organização de Cristiana Bastos (Universidade de Lisboa) e Manuela Ivone Cunha (Universidade do Minho).

Seminário – “Consumos de drogas: dor, prazer e dependências – reflexões a partir da investigação”, realizado a 3 e 4 de Junho de 2005, I.S.C.T.E.

Conferência: “Ghettos everywhere? Rethinking urban poverty and segregation in european societies”, realizado a 8 de Junho de 2005, I.C.S.

Conferência – “Instituições Sociais e Justiça Social: O caso da prisão de não nacionais”, realizada a 15 de Setembro de 2005, I.S.C.T.E.